



O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa¹,

Maria João Silveirinha²

Instituto de Estudos Jornalísticos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Resumo

Resumo

Este trabalho procura analisar, numa perspectiva comunicacional construtivista, os discursos daqueles que reportam ou comentam a construção da Europa, no contexto de uma comunidade de leitores da imprensa generalista. Sendo a Europa uma realidade com a qual nos relacionamos de formas múltiplas e tendo o lançamento da moeda constituído apenas um dos tópicos de um processo mais vasto, importa ver de que forma o discurso jornalístico o construiu. O trabalho parte do conceito de enquadramento proposto por Goffman e posteriormente trabalhado por outros autores e aplica-o à cobertura de dois jornais portugueses do lançamento da moeda europeia. O texto mostra como os diferentes tópicos e diferentes ‘camadas’ de relação com o acontecimento receberam diferentes chaves de interpretação, gerando um “guião dramático” como formas discursivas de organizar a vida colectiva nesse momento da vida nacional.

Palavras-chave. Moeda europeia; enquadramentos; imprensa

1. Introdução

Os estudos da comunicação têm tido, como uma das suas preocupações, a tentativa de demonstração de que as pessoas podem ter compreensões bastantes diferentes do mesmo acontecimento. Nas suas explicações dos efeitos dos media, nomeadamente, têm integrado o que genericamente podemos chamar “teorias dos enquadramentos”, que constituem uma ponte conceptual entre o entendimento das relações individuais cognitivas com a informação, a sua produção organizacional e a recepção desta mesma informação.

No seguimento destas perspectivas, propomos abordar o texto jornalístico em torno de um acontecimento concreto - o lançamento da moeda europeia - como uma forma de comunicação que “organiza a vida social” (Goffman, 1974/1986). Mais particularmente, este trabalho procura analisar, numa perspectiva comunicacional construtivista da vida colectiva, os discursos daqueles que reportam ou comentam a construção da Europa e os seus elementos de referência, no contexto de uma comunidade de leitores do país, como é o caso da imprensa generalista aqui referenciada. Sendo a Europa, do ponto de vista da identidade colectiva, uma realidade polifacetada, com a qual nos relacionamos também de uma forma multifacetada, importa ver de que forma o discurso jornalístico, no contexto nacional, a enquadra. Como se cruzam as identidades de pertença ao país (nós, portugueses) e ao espaço onde circula a nova moeda

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 - Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa; Professora-auxiliar no Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Investigadora responsável pelo projecto “O Euro e as identidades europeias” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de que este texto faz parte.



comum? Estaremos diante da imagem do “bolo mármore”, com grande interpenetração dessas identidades (Risse, 2002; Silveirinha, 2004)? Ou, na cobertura da imprensa, aquando do lançamento da nova moeda, predominou a distinção entre o *nós, portugueses*, e o *nós, europeus*? Por outro lado, o lançamento da moeda constitui apenas um dos tópicos de um processo mais vasto de construção europeia, na qual o país está necessariamente envolvido. Assim, no discurso relativo à nova moeda, interessa saber como, no discurso jornalístico, se estabeleceu o tópico do lançamento com outros tópicos da vida social, cultural e política. Para encontrar respostas a essas questões, tomaremos, então, como base a perspectiva dos enquadramentos.

A abordagem dos enquadramentos, do nosso ponto de vista, oferece uma plataforma de análise discursiva da participação dos actores sociais, neste caso, a imprensa e as suas vozes autorizadas. Sendo construções simbólicas e interpretativas, os enquadramentos referem-se a crenças partilhadas na sociedade e, no caso em análise, aos processos de legitimação das opções dos responsáveis políticos na construção política nacional e europeia, definindo e redefinindo os quadros de entendimento das mesmas.

É certo que não existe um verdadeiro consenso entre os investigadores relativamente ao que são, afinal, os enquadramentos e sobre como os indivíduos e as culturas fazem uso deles, o que tem levado mesmo alguns autores a falarem de um “paradigma fracturado” (Entman, 1993; Fisher, 1997). Esta ambiguidade conceptual, na opinião de alguns, pode mesmo conduzir a problemas operacionais que “limitam a comparabilidade dos instrumentos e dos resultados” (Scheufele: 1999: 103). Apesar disso, o conceito, na medida em que faz a ligação entre estrutura e acção, cognição e práticas sociais, é útil não só ao estudo do jornalismo mas à própria avaliação do papel da imprensa num momento particular da vida colectiva como foi o lançamento da moeda europeia.

Assim, metodologicamente, no que se segue, procuraremos pensar e articular formas diferentes de aplicar o conceito de enquadramento ao estudos dos media, começando, num primeiro momento, com a herança de Goffman e projectando-a para uma análise relativamente pouco explorada nesta área de estudos. Num segundo momento, exploraremos re-leituras do conceito, nas suas aplicações mais directas à teoria do jornalismo. Incorporaremos ainda outros contributos mais ligados a conceitos cognitivos dos *schemata* no domínio do discurso.

O objecto de análise será, como se disse, a construção jornalística do lançamento da moeda Europeia ocorrido em Janeiro de 2002.

2. Revisitando uma herança: os enquadramentos na perspectiva interaccionista

A comunicação é a actividade básica pela qual os sujeitos comunicativos constroem conjuntamente as situações, de tal forma que uma boa parte da actividade comunicacional consiste em produzir a inteligibilidade e a naturalidade das nossas intervenções conjuntas,



definindo implicitamente o sentido partilhado dessa actividade. Ao longo dos anos, vários autores têm recuperado uma linha de pensamento em torno da comunicação como forma de organizar a experiência desenvolvida por Erving Goffman, mas poucas vezes Goffman tem sido pensado como um autor que pode contribuir para a sociologia dos media e da comunicação mediada.

Apesar de Goffman não se preocupar centralmente com a comunicação mediada, mas com a interacção social interpessoal, o seu conceito de enquadramento desenvolvido em *Frame Analysis* é especialmente aplicável a esse domínio³. Nas suas palavras, “as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que regulam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles; o enquadramento é a palavra que eu uso para me referir a estes elementos básicos que consigo identificar” (Goffman, 1974/1986: 10-11).

A organização da experiência utiliza recursos como as ‘estruturas primárias’, as ‘chaves’ e as ‘fabricações’. Os dois primeiros são especialmente úteis na nossa análise, como procuraremos demonstrar, mas só serão inteligíveis a partir na noção de estrutura primária.

A *estrutura primária* é o que permite aos indivíduos interpretar o mundo à sua volta, constituindo um esquema de interpretações que “permite dar significado àquilo que de outra forma seria um aspecto insignificante de uma cena” (Goffman, 1974/1986: 21), podendo assumir um carácter natural ou social. As *estruturas sociais*, são aquelas pelas quais os indivíduos sentem ter controlo através da sua vontade, dos seus objectivos ou esforços e são elas que ajudam a “localizar, perceber, identificar e rotular” (Goffman, 1974/1986: 21) as acções e acontecimentos resultantes da acção humana intencional.

Todos os enquadramentos de significado são, relativamente à estrutura primária, *secundários* podendo estes distinguir-se entre *transformações* (ficção, imitação, modelização, etc.) e *fabricação* (na qual se opera deliberadamente uma diferença entre o que é o enquadramento para alguns participantes e o que é para outros).

Os enquadramentos existem no interior e em relação aos processos do que Goffman chama ‘keyings’, “*chaves*” q (1974/1986: 43-44). É o enquadramento que dá as premissas ou instruções necessárias para decifrarmos a situação, sendo certo que podem variar e transformar-se em realidades múltiplas, pois a realidade é constituída por camadas ou bases (*layers*) em que nos podemos mover.

³ Em *Gender Advertisements* (1976) e *Forms of Talk* (1981), Goffman prossegue algumas das ideias desenvolvidas em *Frame Analysis* e dedica mais tempo aos enquadramentos institucionais, nomeadamente aos propostos pelos media. Nessas obras, Goffman retoma e aprofunda as suas primeiras teorias, nomeadamente de *A Apresentação do Eu na Vida Quotidiana* (1959) e de *Estigma* (1963), recorrendo com frequência a exemplos retirados dos meios de comunicação social. *Forms of Talk* contém especificamente um ensaio sobre rádio.



Goffman dá exemplos de diferentes ‘chaves’ nas quais inclui uma que “é particularmente interessante num contexto do estudo dos media” (Ytreberg, 2002: 487) – os “guiões dramáticos” (*dramatic scriptings*). Eles incluem

“ todas as fatias de experiência pessoal retratada disponibilizada como experiência em segunda mão para uma audiência ou grupo de leitores, em especial as produções normais oferecidas comercialmente ao público através dos meios da televisão, rádio, jornais, revistas, livros e o palco (ao vivo) legítimo (...). O seu significado mais profundo é que eles constituem um modelo de cópia da vida quotidiana, um guião montado de fazeres sociais sem guião, tornando-se assim uma fonte de grandes pistas relativas à estrutura deste domínio” (Goffman, 1974/1986: 53)

O discurso da imprensa é, assim, uma chave para entender um “fazer social sem guião” que é, no caso que nos ocupa, a relação entre os diferentes elementos (nomeadamente sociais, políticos e identitários) ligados ao lançamento da moeda europeia.

Na verdade, devemos considerar que a experiência social do euro se articula no contexto das identidades e das pertenças: por um lado a nossa pertença à Europa, que constitui a *estrutura social primária* da nova moeda, mas também a nossa pertença nacional, ao país de um fundo cultural comum, onde é lançada a nova moeda. Só no seio da Europa faz sentido mudar de moeda, adaptar a vida social, política e económica a uma nova realidade, mas essa mudança faz-se simultaneamente no seio de uma pertença nacional. A estrutura social primária tem assim de articular simultaneamente duas pertenças, duas formas de constituição do “nós”: o “nós europeu” e o “nós português” que podem ser considerados diferentes *layers* em que nos movemos.

3. Os enquadramentos mediáticos : novas fronteiras teóricas

Uma compreensão das mensagens mediáticas em torno do euro obriga-nos a perceber os seus modos de funcionamento textual. Assim, os procedimentos de localização, as formas verbais, as modalizações, não nos interessam apenas pelo que «informam» acerca de como se localiza um acontecimento, ou do que um autor «pensa» ou «sente», por exemplo, mas fundamentalmente porque conjuntamente *definem* o texto.

Nas palavras de Todd Gitlin, “enquadramentos mediáticos são esquemas persistentes de cognição, interpretação, e apresentação, de selecção, ênfase e exclusão, pelos quais os detentores dos símbolos organizam rotineiramente o discurso verbal ou visual”, sendo clara a sua importância para a sociologia da comunicação e dos media (Gitlin, 1980: 7).

Argumentando que os recursos organizacionais e profissionais desempenham um papel crítico na transformação de ocorrência em notícias, Gaye Tuchman criticou o conceito de Goffman, argumentando que ele não contém uma explicação dos mecanismos que operam essa transformação (1978: 195). Mas, seguindo o conceito do autor, propôs que “os enquadramentos

organizam ‘tiras’ do mundo quotidiano”, sugerindo que eles funcionam de modo a impor uma ordem aos múltiplos acontecimentos do mundo social de modo a torná-los uma série de acontecimentos com significado.

Daniel Hallin destaca as diferenças entre os enquadramentos de temas da “esfera do consenso”, pautados pela eloquência e pela adesão do jornalista, dos da “esfera da controvérsia legítima” (procura de um relato de neutralidade e lugar ao contraditório), ou da “esfera do desvio” (Hallin 1986: 116-118). As investigações de Shanto Iyengar sobre televisão mostraram que esta trata preferencialmente as questões de uma forma episódica ou individual em vez de uma forma sistemática ou temática: “o enquadramento episódico trata os assuntos em termos de instâncias específicas, por exemplo, um sem-abrigo, um ataque terrorista. Será, no caso em análise, a situação dominante de muitas peças sobre a nova moeda em registo de notícia. A estrutura temática, pelo contrário, trata as questões políticas de uma forma mais vasta e abstracta, colocando-as em algum tipo de contexto (Iyengar, 1996: 62)⁴. É esse o registo também esperado nos textos de opinião, dos editoriais às colunas dos articulistas convidados. Quando o enquadramento episódico – “o retrato das questões recorrentes como acontecimentos não relacionados entre si” - é usado, simplesmente como “aconteceu”, é mais provável que os espectadores atribuam a responsabilidade ao carácter dos indivíduos do que às condições sociais ou às forças políticas (Iyengar, 1996: 143). Sendo este enquadramento prevalecente, há muito menos espaço para a não-personalização de problemas complexos que é melhor conseguida pelo enquadramento temático, isto é, aquele que se “centra em resultados colectivos, debates de políticas públicas ou tendências históricas” (Iyengar, 1991: 18).

Refira-se também a perspectiva de Teun van Dijk que propõe que estudemos a estrutura do texto a partir da ideia que os *temas* que estão normalmente organizados através de um esquema abstracto, composto de categorias concordantes (a macro-estrutura). Também para este autor, a linguagem, o discurso e o comportamento social derivam de processos cognitivos que resultam na forma como as pessoas percebem, interpretam e organizam o seu mundo (van Dijk, 1977). No seu seguimento, Kim Fisher propõe que se fale em “enquadramentos culturais”, uma perspectiva que adoptamos para nós.

A perspectiva dos enquadramentos tem sido sobretudo pensada para o espaço noticioso, onde eles são entendidos como “esquemas” relativamente padronizados que constituem uma base sobre a qual o público edifica a sua compreensão de novos eventos. Relativamente aos emissores, Entman defende que, no momento de dizer o que dizem, estes tomam decisões

⁴ Começa por ser no texto de 1991 que Iyengar, referindo-se à televisão, defende esta ideia, que depois aprofunda. Aí ele contrasta o enquadramento “episódico” com o “temático”, bastante menos frequente. Neste último, “as questões e acontecimentos políticos são colocados em algum contexto geral” e os media discutem os acontecimentos em termos mais abstractos, o que permite colocar a responsabilidade dos problemas também em termos mais latos e não singulares (Iyengar, 1991: 2).

conscientes ou inconscientes guiados por enquadramentos (por vezes chamados esquemas) que organizam o seu sistema de crenças. Daí que

“o enquadramento envolve essencialmente selecção e saliência. Enquadrar é *seleccionar alguns aspectos de uma realidade percebida de uma determinada forma e torná-los mais salientes num contexto de comunicação, por forma a promover uma determinada definição do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendações de tratamento* para o assunto descrito” (Entman, 1993: 52, ênfase no original)⁵.

Ele argumenta que: “os enquadramentos *definem problemas* – determinam o que um agente causal está a fazer, com que custos e benefícios, normalmente medidos em termos de valores culturais comuns; *diagnosticam causas* – identificam as forças que criam o problema; *fazem juízos morais* – avaliam os agentes causais e os seus efeitos; e *sugerem soluções* – oferecem e justificam tratamentos para o problema e prevêm os seus prováveis efeitos” (Entman, 1993: 52, ênfase no original). A sua manifestação é-nos dada pela “presença ou ausência de certas frases-tipo, de conjuntos frásicos, de imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que nos fornecem agrupamentos de factos e juízos que se reforçam tematicamente” (Entman, 1993: 52).

Para auxiliar a nossa análise discursiva recorreremos também a Lakoff e Johnson e a propostas da análise crítica do discurso de Van Dijk.

4. O enquadramento da moeda europeia no espaço de opinião

Começamos por olhar para o espaço de opinião de dois jornais nacionais – *Público* e *Diário de Notícias* – no período pós-lançamento da moeda (1 a 15 de Janeiro de 2002) e complementamos a análise com uma leitura mais detalhada de uma notícia do mesmo período (Fig 2 e Anexo I).

Uma primeira leitura dos textos permitiu-nos identificar, sobre o lançamento da moeda europeia, grandes *temas* ou *tópicos* que organizam a macro-estrutura dos textos (Van Dijk, 1977): *operação de lançamento e recepção da moeda* (onde são sujeitos nós todos e a Europa), as *relações políticas internas* (que articulam pessoas comuns e políticos) e a *construção europeia*. Para reconstruir o enquadramento global da opinião jornalística sobre o lançamento da moeda europeia, recorreremos às diferentes fases de enquadramento propostas por Entman

⁵ O lançamento da moeda na imprensa europeia foi já estudado em ambas as vertentes (noticiosa e de opinião), por análises que recorreram à perspectiva do enquadramento. De Vreese *et. al.* (2001) analisaram os principais noticiários televisivos em quatro países europeus em torno da questão do lançamento do euro, procurando investigar a visibilidade das notícias políticas e económicas em geral e do euro em particular. Outro estudo que recorreu à perspectiva do enquadramento foi o de Julie Firmstone (2003) que procedeu a uma análise de conteúdo e de enquadramentos nos editoriais da imprensa britânica aquando do lançamento da nova moeda, concluindo que os jornais usam intencionalmente os editoriais como um espaço de identificação das questões como temas importantes e para exigir acção aos responsáveis políticos, de uma forma diferente dos restantes espaços noticiosos dos jornais.



para cada um destes tópicos, o que cruzamos, uma vez mais, com a perspectiva Goffmaniana do enquadramento como estrutura social primária.

Todos os itálicos dos excertos noticiosos são nossos.

Definição do problema:

No tópico “*operação de lançamento e recepção da moeda*” verificamos que, no período analisado, não é identificado praticamente nenhum problema. Pelo contrário, existe um fortíssimo consenso relativamente ao êxito da operação de mudança de moeda, à sua aceitação pelos portugueses, e a à própria decisão europeia.

Os textos constroem aqui um momento de celebração e de consenso, que discursivamente é assumida a personificação da moeda e da própria Europa (nós Europa). Escrita em títulos como uma “moeda com sex-appeal” (PU 08.02.02), a moeda europeia é também enquadrada na sua recepção colectiva - “milhões de europeus de todas as condições (PU 02.01.02), “moeda única” (DN 01.01.02), título do editorial do dia 1 de Janeiro, (significativamente assinado pelo colectivo Direcção do jornal, ao contrário do que é habitual, a assinatura singular) – e na sua recepção nacional traduzida no neologismo “euroforia” (PU 06.01.02). Este enquadramento é relativo à *layer* da pertença europeia.

Um único texto, de um colunista do jornal, ou seja, a voz de uma instância externa do jornal, o militar Carlos Azeredo (DN 11.01.02), apresenta sobre este tópico um problema: a perda de soberania, da ilegitimidade da decisão e do “esmagamento” do país face aos países maiores.

É no tópico “*relações políticas internas*” (cidadãos versus autoridades do país, Estado, classe política) que os problemas são claramente identificados, por uma mudança de *layer*. O primeiro editorial do Público articula-se numa bipolarização entre “o euro é *nosso* amigo (de nós cidadãos, jornal e seus leitores) o Estado nem por isso” (PU 02.01.02). Da pertença europeia passa-se à pertença nacional e ao fundo cultural comum aos portugueses. Depois de realçar a tranquilidade e o sucesso da transição para a nova moeda, o editorialista recorda como os (poucos) problemas surgidos se deram sobretudo devido à falta de informação e à desconfiança dos portugueses relativamente à nova moeda. No mesmo dia outra colunista diz que “O euro não nos protege de tudo” (a nós, cidadãos nacionais e comuns) (PU 02.01.02).

Também o editorial do *Diário de Notícias* as duas *layers* de pertença são equacionadas de modo contrastante em termos de enquadramento, recorrendo ao mesmo binómio nós (cidadãos) versus eles. O jornal recorda que o êxito da moeda europeia “é um bom sinal e uma prova de que *este país e os seus cidadãos [nós]* merecem mais e melhor dos que, voluntariamente, se candidatam a ocupar os mais altos cargos da Nação [*eles*]” e que “já seria altura de o país não estar a anos-luz da média do desenvolvimento europeu” (DN, 02.01.02). O mesmo jornal

recorda que Portugal é “um país falido e crivado de dívidas, amarrado a compromissos que não pode honrar e que não houve coragem para reformar a tempo” (DN, 05.01.02).

As próprias instituições económicas são criticadas - os bancos portugueses foram quem “borrou a pintura” decidindo “cobrar taxas ilegais” (PU. 08.01.02) - e a economia em si mesma é também um sério problema, a ponto de o euro constituir, para esta, uma “droga” para “um doente em estado terminal de bulimia financeira” (PU 07.01.02).

Por fim, é no jornal *Público* que vamos encontrar o tópico *construção europeia*. Neste jornal, parafraseando-se Kofi Annan, diz-se que “A Europa fez uma boa escolha” (PU 02.02.02) e que seria “uma inadmissível demissão de cidadania considerar que só políticos, financeiros e tecnocratas tiveram motivos de celebração” (PU 06.01.02). Somos nós, enquanto cidadãos europeus que devemos festejar. No entanto, recordam-se os entraves à construção europeia dizendo-se que “não é o euro que só por si torna necessária a transformação da EU numa verdadeira federação europeia” (PU 08.01.02).

O diagnóstico de causas

Pelo acima exposto pode deduzir-se que não há causas a apontar no tópico *operação de lançamento e recepção da moeda*. O enquadramento, para esta articulação da estrutura social primária, é claramente de celebração. No tópico *relações políticas internas*, são apontadas causas para os problemas: a “proverbial desorganização”, e um “pântano de imobilismo” (PU 04.01.02), identificam os problemas económicos estruturais como “a incontida “despesa pública” e indisciplina orçamental” (PU 05.01.02) e, como causa deste problemas, é sobretudo apontada uma elite política (que se opõe ao *nós* comum e leigo) em geral caracterizada como incompetente, de governantes que “andam lá pela Europa, fazem grandes reuniões pelo mundo, mas *não são como nós*” (PU 05.01.02), podendo operar uma “contabilidade criativa” (PU 07.01.02), ou construir programas económicos de “medidas desgarradas de teoria liberal e que visam unicamente aquilo que criticaram” (PU 14.01.02).

No tópico da *construção europeia* as causas de algum entrave à construção europeia estão ligadas quer aos descrentes do êxito da moeda, quer aos países que não aderiram à moeda, dizendo-se que esta é “uma oportunidade única” para eles. Os entraves residem, precisamente, na *layer* da pertença nacional, isto é, no individualismo dos países: “apesar do euro, a União vai viver nos próximos tempos, momentos agitados e exigentes, em que cada país vai querer clarificar o seu posicionamento e o seu protagonismo” (PU 11.01.02).

Os juízos morais

Como já dissemos, o juízo emitido sobre os tópicos *operação de lançamento e recepção da moeda* e *construção europeia* é muito positivo, carregando de novo a pertença colectiva, do jornal com a comunidade dos cidadãos comuns: “desde ontem, nos *nossos bolsos* está um elo e



ligação com a identidade europeia que ainda não *tínhamos* conhecido. Este cala bem fundo no quotidiano de *cada um de nós*, servirá de padrão para os sonhos, para *muitos* medirem o seu sucesso e os seus fracassos” (PU 02.01.02). Não significa isto, no entanto, que o juízo sobre o significado político e económico futuro seja plenamente optimista: “*sabemos* que o euro não é um passo de mágica que desfizesse nomeadamente as desigualdades sociais” (PU 06.01.02).

Os juízos morais negativos ficam guardados para os países não aderentes que surgem como o “outro” da plena identidade europeia, numa bipolarização que opõe com frequência britânicos, mas também dinamarqueses, que não se responsabilizaram por “este simples e prodigioso testemunho que lhes foi legado por uma geração ímpar de homens convictos e corajosos” (PU 02.01.02).

Mas os juízos morais negativos são sobretudo emitidos relativamente às instâncias governativas internas. No Diário de Notícias fala-se da “frivolidade guterrista” (DN 05.01.02) e sobre o euro diz-se que “saber tirar bom partido dessa mais valia é a obrigação de qualquer governo” (DN 03.01.02) e que quem esqueça as obrigações “está a falsear os dados” (DN 05.01.02)

Estes diferentes enquadramentos, que caracterizam diferentes formas de pertença, são fortemente auxiliados pelas metáforas utilizadas, que funcionam como dispositivo linguístico que opera as respectivas construções simbólicas. As metáforas de orientação (Lakoff & Johnson, 1980: 14) estão presentes: apesar do euro os portugueses possivelmente verão que “a sua vida vai continuar a andar para trás” (DN 02.01.02) e as metáforas ontológicas envolvem a forma de ver conceitos intangíveis como sentimentos, actividades e ideias como entidades (Lakoff & Johnson, 1980: 25): é assim com o euro, a Europa, Portugal; As metáforas de viagem (Lakoff & Johnson, 1980: 90) são das mais frequentes, aparecendo em expressões como “O caminho que Portugal fez para o euro” (DN 03.01.02), “O caminho percorrido foi longo e difícil” (DN 05.01.02), “*Aprendermos* a caminhar com as nossas próprias pernas” (PU 04.01.02), “Os 12 países deram mais um passo (PU 02.01.02), “Entrar para o ‘primeiro pelotão’ da moeda única” (PU 05.01.02). Abundam também as metáforas estruturais, pelas quais o lançamento do euro aparece como resultado de um conflito: o euro resulta de um esforço colectivo difícil, fruto da vontade europeia e ganho pela nação, apesar de todas as oposições e dificuldades. São disso exemplo expressões como: “a batalha do euro” (PU 04.01.02); “O triunfo da visão estratégica e da vontade política” (PU 05.01.02); “arma de arremesso da luta contra a integração europeia” (PU 06.01.02); “símbolo de um acesso ao desenvolvimento durante conquistado” (DN 06.01.02).

5. O enquadramento noticioso

Vejamos, por fim, de que forma as ideias acima explicitadas se concretizam no espaço noticioso.

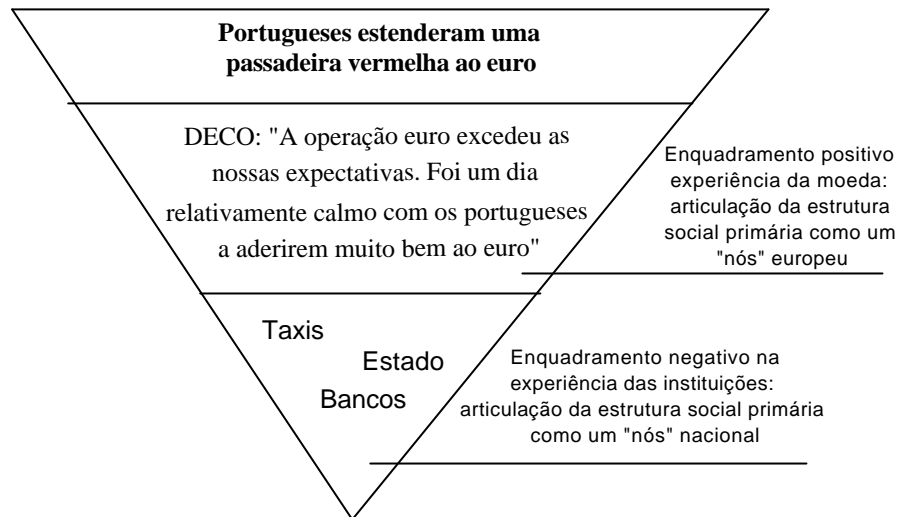
A leitura de uma notícia do corpus, (*Público*, 3 Jan 2002, Fig.2), seleccionada para fins exemplificativos, permite ver como a construção discursiva de um determinado enquadramento jornalístico “episódico”, nos termos de Iyengar - se pode fazer ao nível micro textual, articulando diferentes experiências e níveis da estrutura social primária (Figura 1).

A notícia em referência, publicada dois dias depois do início da circulação da nova moeda, é a peça principal da página onde aparece, a primeira página impar de interior (espaço Destaque, página 3), está organizada em 4 colunas e é acompanhada de uma foto em que uma mão toca as moedas, com legenda (“40 das 250 queixas ontem recebidas pela Deco tiveram a ver com o euro”). A organização da experiência (social e física) do euro, que articula aqui a nossa experiência de cidadãos europeus, estabelece-se nesta notícia num sentido claramente positivo: o título, a entrada, a própria legenda e o *lead* carregam essa forte tonalidade. Só depois do *lead* entra a adversativa, mas o quadro geral está estabelecido.

O enquadramento opera pela *transformação*: a metáfora no título tem uma ancoragem no enquadramento primário (houve boa recepção), mas é uma modelização do real. Estamos, por outro lado, na “esfera do consenso” (Hallin, 1986) e a entrada na *layer* da pertença europeia constitui-se pela expressão de reverência e adesão (estender a passadeira vermelha): a expressão produz uma ‘encenação’, uma mudança de contexto do literal para o discurso modalizado, com fins expressivos. O título “Portugueses estenderam uma passadeira vermelha ao euro” recorre a uma metáfora simbólica, cerimonial, para grandes momentos rituais de passagem. Refere a universalidade dos cidadãos, recorrendo à generalização (Portugueses somos todos nós), e uma acção em que os próprios cidadãos portugueses são agentes (estenderam passadeira). O euro é a ‘coroa’ que passa por essa passadeira: ele é o objecto de veneração e de excelência. Esta é, uma vez mais, a *layer* de pertença à Europa.

O ‘cabeçalho’, ou ‘superlead’, ligando título e *lead*, contém as ideias do que para Van Dijk poderia ser considerado uma macro-proposição semântica (sucesso) reduzida a uma expressão mínima, descrevendo uma adesão fortíssima: “À excepção de dois taxistas, duas instituições de crédito, uma repartição de Finanças, que actuaram à margem da lei, tudo correu às “mil maravilhas” no primeiro dia a sério da moeda, afirma a Deco”. Discursivamente estabelece-se uma oposição entre duas *layers* de experiência, mas o enquadramento começa por enfatizar o positivo: os comportamentos negativos (todos eles numeráveis) são excepções, são desviantes, que se opõem a um “tudo”, (não quantificável e globalizante), que correu, na expressão coloquial, “às mil” (também numerável) “maravilhas”.

Fig.1: a construção de um enquadramento jornalístico



Prosseguindo com o *lead* verificamos que o enquadramento é dado com a força de começar com uma citação (“A operação euro excedeu as nossas expectativas. Foi um dia relativamente calmo com os portugueses a aderirem muito bem ao euro”, afirmou ontem, ao PÚBLICO, o secretário-geral da DECO, Jorge Morgado”) e que quem é ouvido é “independente” - a defesa do consumidor -, face ao enquadramento negativo que se segue. É a tónica estabelecida pelo responsável da Deco que serve de “mote” para a hiperbolização da avaliação sobre a operação de lançamento.

No entanto, devemos notar também como, a seguir à ênfase num enquadramento positivo, se segue todo um inventário de negatividade. Mudando a chave da nossa pertença (como nacionais), muda também o enquadramento, de tal forma que, os 40 casos apontados na notícia se parecem transformar em muitos mais. Aqui surgem novamente os portugueses (nós) a enfrentarem aparelhos instituídos, como vimos atrás.

6. Conclusão

Tendo por base a noção de enquadramento de Goffman e as teorias de enquadramentos mediáticos dela derivadas, pudemos, ao longo deste texto, verificar como, aquando do lançamento da moeda europeia, a imprensa escreveu um “guião dramático” que enquadrou este momento da vida nacional e europeia articulando, por um lado, várias *layers* de experiência colectiva e, por outro, vários tópicos intimamente relacionados entre si.

O momento constituiu um momento de forte consenso no espaço mediático, pois a operação e recepção da moeda representaram um motivo de celebração, de êxito de um momento da nossa construção europeia. As identidades nacional e europeia não se misturaram plenamente nos enquadramentos, fazendo sempre lembrar a imagem de uma Europa de identidades em “bolo de mármore”, como lhe chama Risse (2002).



Tal pode ser visto na notícia “episódica” que seleccionámos, construída em parâmetros não habituais: o que nela ressalta não são os aspectos negativos, mas os positivos. A chave, para esse enquadramento positivo, é a nossa pertença europeia, que aqui surge como uma *layer* de uma estrutura social primária que há que celebrar. Mas essa *layer* articula-se com uma outra: a de um “nós” nacional, com um mundo de problemas e dissensos por resolver.

Também o espaço do enquadramento “temático” – ocupado pelos editoriais, colunistas convidados e autores esporádicos -, não projecta a mesma avaliação para a construção europeia e para as relações políticas e económicas internas. No caso em análise, ao mudar o tópico do enquadramento, muda também o próprio enquadramento nos seus diferentes aspectos.

A legitimação da acção de construção da Europa pela imprensa, no momento de celebração e de consenso de lançamento da moeda europeia implicou, pois, um quadro interpretativo que teve por referência os diferentes tópicos associados ao acontecimento e duas *layers* de articulação da identidade colectiva, polarizando um enquadramento positivo face ao lançamento da moeda e um enquadramento negativo do nosso fundo cultural nacional comum. O discurso mediático, apelando a normas e princípios geralmente aceites pela sociedade em geral, construiu assim o guião dramático, gerando uma esfera de consenso sem perder de vista a sua função de vigia do poder.

Referências

- Abril, Gonzalo (1991), *Teoría general de la información*, Madrid: Cátedra.
- de Vreese, Claus H., Peter, J., & Semetko, H. A. (2001), “Framing politics at the launch of the euro: A cross-national comparative study of frames in the news”, *Political Communication*, 18 (2), pp. 107-122.
- Eilders, Christiane (2000), “Media Acting in Political Editorials: Issue Focusing and Selective Emphases in Germany’s Prestige Press”, ECPR Joint Sessions, Copenhagen.
- Entman, Robert M. (1991), “Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents”, *Journal of Communication*, 41(4), 6-27.
- _____ (1993), “Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm”, *Journal of Communication*, 43:4, pp. 51-58.
- Fisher, Kim (1997), "Locating Frames in the Discursive Universe", *Sociological Research Online* 2 (3).
- Firmstone, Julie (2003), “Britain in the Euro?: British newspaper editorial coverage of the introduction of the Euro”, Centre for European Political Communications, European Political Communication Working Paper Series, Issue 5/03.
- Gitlin, Todd (1980), *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*, Berkeley: University of California Press.



- Goffman, Erving (1974/1986), *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*, Northeastern University Press.
- González de la Fe, Teresa (2003), “El interaccionismo simbólico” in Salvador Giner (dir.), *Teoría Sociológica Moderna*, Barcelona: Ariel.
- Hallin, Daniel (1986), *The "Uncensored War": 1965-1967*, Berkeley: University of California Press.
- Iyengar, Shanto (1991), *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*, Chicago: The University of Chicago Press.
- _____ (1996), “Framing Responsibility for Political Issues”, in *Annals, American Association for Political Sciences*, 546, pp. 59-70.
- Iyengar, Shanto e Donald R. Kinder (1987), *News that Matters*. Chicago: Chicago University Press.
- Lakoff, George e Mark Johnson (1980), *Metaphors We Live By*, Chicago: University of Chicago Press.
- Risse, Thomas (2002), “The euro and Identity Politics in Europe” *The Year of the euro*, Nanovic Institute for European Studies.
- Scheufele, Dietram A. (1999), “Framing as a theory of media effects”, *Journal of Communication*, 49(1), pp. 103-122.
- Scheufele, Bertram (2004), “Framing-effects approach: A theoretical and methodological critique”, *Communications* 29, pp. 401-428.
- Silveirinha, Maria João (2004), “O Euro e a construção europeia: representações na imprensa portuguesa”, *Media e Jornalismo*, N. 7 (no prelo).
- Snow, David A. e Robert D. Benford (1992), “Master frames and cycles of protest” in Aldon D. Morris e Carol McClurg Mueller (eds), *Frontiers in Social Movement Research*, New Haven: Yale University Press, pp. 133-155.
- Triandafyllidou, Anna e Anastasios Fotiou, (1998), “Sustainability and Modernity in the European Union: A Frame Theory Approach to Policy-Making”, *Sociological Research Online*, vol. 3, no. 1.
- Tuchman, Gaye (1978), *Making News: a Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque: Free Press.
- van Dijk, Teun (1977), *Text and Context Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. Londres: Longman.
- _____ (1985), “Structures of news in the press”, in Teun A. van Dijk (Ed.), *Discourse and communication*, Berlin: Walter de Gruyter.
- _____ (1998), “Opinions and ideologies in the press” in A. Bell & P. Garrett (Eds.), *Approaches to media discourse*, Oxford: Blackwell.

Ytreberg, Espen (2002), “Erving Goffman as a theorist of the mass media”, *Critical Studies in Media Communication*, Vol. 19, N. 4.

FIG 2: Notícia do jornal *Público*, 3 de Janeiro de 2002

Portugueses estenderam uma passadeira vermelha ao euro

A exceção de dois taxistas, duas instituições de crédito, uma repartição de Finanças, que actuaram à margem da lei, tudo correu às “mil maravilhas” no primeiro dia a sério da moeda, afirma a Deco

DIANA RALFE

“A operação euro-moedas usou poucas expectativas. Foi um dia relativamente calmo, com os portugueses a aderirem muito bem ao euro”, afirmou ontem, ao PÚBLICO, o secretário-geral da Deco, Jorge Morgado. A associação para a defesa do consumidor recebeu ontem 350 chamadas de consumidores, das quais “somente” 40 estiveram ligadas à transição para a moeda única. Contudo, deste total, a grande maioria foram pedidos de esclarecimento. Mas, as denúncias não se fizeram tardar, e no topo da lista encontraram-se os taxistas, que de uma maneira geral se recusaram a receber pagamentos em euros, “demonstrando uma grande resistência à mudança”, segundo Jorge Morgado. Curiosamente, os taxistas dos veículos já estão preparados para a nova moeda, mas só funcionarão em euros em Março, fim do período de dupla circulação.

Além de queixas dos consumidores foram, também, as instituições de crédito: algumas delegações do Totta, em Lisboa, recusaram-se a fornecer a nova moeda a não clien-



40 das 250 queixas ontem recebidas pela Deco tiveram a ver com o euro

tes, uma atitude que para Jorge Morgado “para além de ilegal é deontologicamente incorrecta”, já que as instituições financeiras têm que prestar um serviço público à sociedade, fomentando a circulação das novas notas e moedas.

Uma situação bastante mais grave foi denunciada pelo Banco de Portugal, envolvendo o Banco Nacional de Crédito Imobiliário (BNC), que cobrou indevidamente uma taxa de 0,5 por cento para as conversões de montantes acima de 200 euros. Vítor Pezoso, administrador do Banco de Portugal, afirmou que o BNC vai ter que restituir o montante indevidamente cobrado, já que o processo de conversão é gratuito.

O Estado também deu ontem, em Santarém, um péssimo exemplo de como se deve fazer uma correcta transição para a moeda única, ao recusar, numa repartição de Finanças Públicas, um cheque em escudos de um contribuinte, datado de 31 de Dezembro de 2001. Esta situação ilegal foi também alvo de denúncia à Deco.

Para Jorge Morgado, as situações mais graves para os consumidores estão relacionadas com pagamentos e transferências bancárias, efectuados em excesso devido a alguma confusão na conversão dos montantes de escudos para euros. A Deco aconselha os portugueses a guardarem todos os